



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA

**CLEOMÁRIA SOARES DE ABREU**

**A TRAJETÓRIA NA CONQUISTA PELO TERRITÓRIO NO ASSENTAMENTO 1°  
DE JANEIRO EM PALMEIRAS DO TOCANTINS  
Movimento Sem Terra: lutas e conquistas**

Araguaína  
2017

**CLEOMÁRIA SOARES DE ABREU**

**ASSENTAMENTO 1° DE JANEIRO: Movimento Sem Terra: lutas e conquistas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Araguaína, junto ao curso de Licenciatura Plena em Geografia como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes

Araguaína  
2017

## **CLEOMÁRIA SOARES DE ABREU**

### **ASSENTAMENTO 1° DE JANEIRO: Movimento Sem Terra: lutas e conquistas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Araguaína, junto ao curso de Licenciatura Plena em Geografia como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes

Aprovado em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes

(Orientador)

---

Prof. Dr. Elias da Silva

(Examinador)

Aos meus pais, seu Lindomar Pereira de Abreu, e dona Creuza Soares dos Santos, e meu filho Carlos Daniel que sempre estiveram ao meu lado.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que é minha fortaleza e me dá forças para seguir em frente. Obrigada meu Deus!

Agradeço a instituição de ensino, Universidade Federal do Tocantins, por me oportunizar a graduação e o conhecimento.

Ao professor e orientador Alberto Pereira Lopes que desde o início se mostrou interessado, não medindo esforços para realização deste trabalho, agradeço a sua compreensão e ajuda. Quando o escolhi como orientador sabia do seu caráter e responsabilidade com seu trabalho. Durante esses meses de convivência o conheci melhor, sem diferença de aluno e professor, simplesmente uma pessoa adorável que jamais esquecerei. Te agradeço pela paciência e por todo o conhecimento passado a mim que conseqüentemente, guardarei para sempre suas dicas e conselhos.

A jornada até aqui não foi fácil e tem uma pessoa que é o maior motivo pra tudo que faço. Meu companheiro, parceiro fiel que acompanhou de perto minha luta, é a ele que dedico e também agradeço grandemente a este trabalho, meu filho Carlos Daniel Soares dos Anjos. Mamãe te ama.

Agradeço aos meus pais o Senhor Lindomar Pereira de Abreu e a Senhora Creuza Soares dos Santos que são meu porto seguro em que mesmo distante, sempre estiveram presentes nos momentos mais difíceis.

Aos meus irmãos Cleito Soares de Abreu e Lucicléia Soares dos Santos que diariamente me ajudou e me incentivou na conquista pela graduação. Em especial a minha irmã Lucicléia que nesses anos de graduação foi mais que irmã, posso dizer que é uma segunda mãe, sempre ao meu lado me dando apoio moral e material, ela foi a maior incentivadora para a realização deste sonho. Obrigada irmã.

Aos meus amigos irmãos: Eduarda Lemos, Glilbson Barbosa, José Divino Mendes, Patrícia Dias, que desde o início foram mais que amigos, me apoiando e se disponibilizando sempre que podiam. Amigos que nunca esquecerei.

Agradeço em especial ao meu irmão de Coração, Delismar Costa, pois sem a ajuda dele, dificilmente teria conseguido concluir meu trabalho. Muitas eram as dúvidas e medos, porém, ele sempre esteve ao meu lado. Obrigada Delismar, por acreditar na minha capacidade, contribuindo nos inúmeros momentos que por mim, fora solicitado.

A todos os amigos que fiz durante a graduação, pessoas que sou eternamente grata pelo carinho. Obrigada.

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa trata sobre o Assentamento 1º de Janeiro no Município de Palmeiras do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, localizado no extremo Norte do Estado do Tocantins e tem como proposta discutir sobre a luta pela terra nesta região. O principal objetivo deste trabalho foi de compreender a luta dos trabalhadores do Movimento Sem Terra (MST), em especial no Assentamento 1º de Janeiro. A importância desse movimento na conquista e permanência na terra, a educação e suas formas de organização. Nesse sentido, foi feito um breve histórico da cidade de Palmeiras do Tocantins, analisando a organização espacial do assentamento. Os aspectos da conquista do território, como as entidades governamentais atuaram no processo de desapropriação da terra e como ocorreu a organização do assentamento. No primeiro momento foi feita uma revisão bibliográfica e no outro, uma visita ao campo, buscando compreender a realidade dos trabalhadores. Em tais diálogos, podemos perceber que desde o surgimento do assentamento, houve muitas as conquistas, como: estradas, escolas, energia, financiamentos, entre outros. Todavia, não foi nada fácil pois os trabalhadores tiveram que se unir e fazer manifestações para conseguir os benefícios acima citados. Mesmo com as conquistas o assentamento ainda passa por algumas dificuldades. A luta não termina com a apropriação da terra, pelo contrário, é o início de novos desafios a serem enfrentados.

**Palavras-Chave:** Assentamento 1º de Janeiro; Palmeiras do Tocantins.

## **ABSTRACT**

This research work on Assentamento 1° de Janeiro in the Municipality of Palmeiras do Tocantins, in the region of Bico do Papagaio, located in the extreme north of the State of Tocantins and has as a proposal to discuss a fight for land in the region. The main objective of this work was to fight Movimento Sem Terra (MST), especially in the Assentamento 1° de Janeiro. A movement of conquest and permanence on earth, an education and its forms of organization. In this sense, we will make a brief history of the city of Palmeiras do Tocantins, analyzing a spatial organization of the settlement. Governments have no process of expropriation of land and how a settlement organization took place. At the first moment a bibliographical review was done and not another, a visit to the field, seeking a reality of the workers. In such dialogues, you can see that since the establishment of the settlement, there are many achievements, such as: roads, schools, energy, financing, among others. However, it was not at all easy for workers to have been to come together and make demonstrations to get the benefits mentioned above. Even with the achievements the settlement still faces some difficulties. The struggle does not end with land appropriation; on the other hand, it is the beginning of the new challenges to be faced.

**Keywords:** Settlement 1° de Janeiro; Palmeiras do Tocantins.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Manifestação na Usina Aliança Pernambuco/ 2006.....	14
Imagem 2: Cartaz feito pelo MST como forma de protesto nos congressos e encontros do movimento, que denuncia o massacre do Carajás ocorrido em 1996.....	23
Gráfico 1: Brasil - Nº de Conflitos por terra - 2001/2015 .....	24
Imagem 3: Posto de saúde abandonado no assentamento 1º de Janeiro .....	28
Imagem 4: Curral ao lado da vila Nova União.....	30
Imagem 5: Residências da Vila União.....	30
Imagem 6: Vila União.....	31
Imagem 7: Antiga escola, que por algum tempo foi barracão da associação ADAPJ.....	32
Imagem 8: Atual barracão da associação da Vila Bom Jesus (ADAPJ).....	33
Imagem 9: Escola Municipal Padre Josimo I na Vila Bom Jesus .....	35
Imagem 10: Escola Municipal Padre Josimo II na Vila União.....	35

## **LISTA DE SIGLAS**

ADAPJ- Associação dos Assentados 1° de Janeiro

APPPFVU- Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Famílias Vila União

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CUT- Central Única dos Trabalhadores

FHC- Fernando Henrique Cardoso

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR- Imposto Territorial Rural

MST- Movimento Sem Terra

PNRA- Plano Nacional da Reforma Agrária

PT- Partido dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 MOVIMENTO SEM TERRA E A REFORMA AGRÁRIA</b> .....	14
1.1 PEQUENA HISTÓRIA DO MST (MOVIMENTO SEM TERRA).....	14
1.2 O MST E A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA.....	16
1.3 A LUTA PELA TERRA.....	18
1.4 OS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	20
1.5 AS MUDANÇAS NA CONJUNTURA DA QUESTÃO AGRÁRIA .....	21
1.6 A VIOLÊNCIA CONTRA OS SEM TERRA.....	23
<b>2 A HISTORIOGRAFIA DE PALMEIRAS DO TOCANTINS E A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO 1º DE JANEIRO</b> .....	25
2.1 BREVE HISTÓRICO DE PALMEIRAS DO TOCANTINS .....	25
2.2 A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO 1º DE JANEIRO .....	26
2.3 O PAPEL DO INCRA .....	30
2.4 DEPOIS DE ASSENTADOS COMO SE ORGANIZAR?(AS ASSOCIAÇÕES) .....	31
2.5 A EDUCAÇÃO DOS FILHOS E FILHAS DOS CAMPONESES DENTRO DO ASSENTAMENTO .....	33
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	37
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	38
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b> .....	40

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a questão agrária, o Movimento dos Sem Terra (MST), os problemas e os conflitos enfrentados pelos trabalhadores e suas famílias nos assentamentos rurais, especialmente no Assentamento 1º de Janeiro. Ao falarmos de conflitos, não estamos nos referindo necessariamente ao uso da violência, mas à disputa pela propriedade da terra. A luta não termina com a apropriação da terra, pelo contrário, é o início de novos desafios a serem enfrentados. Dessa forma, Fernandes (2004) afirma que:

O capital gera a conflitualidade determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato. Nessa condição, nasce o conflito, porque o capital, tentando manter sua lógica e seus princípios, enfrenta permanentemente os camponeses para continuar dominando-os. Por sua própria dignidade, os camponeses lutam continuamente pela autonomia política e econômica. (FERNANDES, 2004, p. 09).

O Movimento Sem Terra luta para que os assassinos de trabalhadores rurais sejam punidos, defende a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), o qual seria revertido para a continuação da Reforma Agrária, mobiliza a população com passeatas, manifestações, abaixo-assinados entre outros, procura trazer a questão da luta pela terra para dentro das escolas, com o incentivo a arte, dança, música e produção literária, visam uma nova concepção de democracia, apesar da mídia dificilmente conseguir sensibilizar toda a população, visto que na maioria das vezes, as notícias são distorcidas, fazendo com que a imagem do movimento seja compreendida como vandalismo e não manifestação pacífica.

Partindo das ideias defendidas por Morrisawa (2001, p.07) o autor destaca: “somos seres humanos sem pátria, fazendo uma viagem para trás no tempo, buscando as origens da apropriação da terra, passando pela apropriação do conhecimento e do sentimento religioso, até chegarmos à força de trabalho”.

No contexto da transição política no ano de 1980 e dos primeiros passos de novos movimentos sociais agrários, a exemplo do então emergente Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Grzybowski (1990, p.22) afirmou que, “a construção da democracia exigia uma reforma agrária e movimentos sociais participativos e autônomos é um papel dos trabalhadores rurais, como cidadãos plenos de políticas estatais e a alocação de recursos para o desenvolvimento rural”.

A Reforma Agrária surge devido ao grande número de latifúndios e sem terra no país, diante da expansão da terra nas mãos de poucos. Uma série de movimentos ao longo da história brasileira se uniram em defesa da Reforma Agrária, destes movimentos, houve problemas, como a falta de assistência ao trabalhador. Após a conquista da terra, muitas são as lutas que eles ainda enfrentarão. Criado o assentamento, esses trabalhadores organizam-se em associações, facilitando assim o crédito para a agricultura.

A natureza dessa pesquisa consiste na indagação de algumas questões sobre o Movimento Sem Terra, sobretudo o Assentamento 1º de Janeiro, a luta pela terra nessa região, como se deu a ocupação, quais foram os acordos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com o fazendeiro e as famílias, e como o assentamento se encontra nos dias atuais, se funcionam as escolas, o postinho de saúde e quais as dificuldades e conquistas do assentamento.

O principal objetivo deste trabalho foi de compreender a luta dos trabalhadores do Movimento Sem Terra (MST) em especial no Assentamento 1º de janeiro. A importância desse movimento na conquista e permanência na terra, a educação, saúde, e suas formas de organização.

A metodologia foi feita a partir da revisão bibliográfica e visita a campo onde aplicamos um roteiro de entrevistas com os trabalhadores do assentamento, na busca de compreender a realidade da comunidade. Entrevistamos aproximadamente nove trabalhadores que moram no assentamento, para melhor compreender a sua realidade. Em tais entrevistas podemos perceber que desde o surgimento do assentamento foram muitas as conquistas, como: estradas, escolas, energia, financiamentos, entre outros. Porém não foi nada fácil. Os trabalhadores tiveram que se unir e fazer manifestações. Mesmo com essas conquistas, o assentamento ainda passa por algumas dificuldades. Como já mencionado, a luta não termina com a apropriação da terra, pelo contrário, é o início de novos desafios a serem enfrentados.

Nesse sentido, o presente trabalho divide-se em dois capítulos: MOVIMENTO SEM TERRA E A REFORMA AGRÁRIA e A HISTÓRIA DE PALMEIRAS DO TOCANTINS E A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO 1º DE JANEIRO, além das considerações finais. No qual o primeiro vem mostrar a história do MST no Brasil, quais seus principais objetivos, e a questão da reforma agrária no Brasil, como ela vem sendo assistida e realizada, além das mudanças ocorridas na conjuntura da questão agrária. Falamos também, sobre a luta pela terra e um pouco sobre assentamentos rurais e a violência sofrida contra os sem terras. Em seguida, no último capítulo será respaldado o contexto histórico do município de Palmeiras do Tocantins, informações do assentamento 1º de Janeiro, o papel do INCRA, como os

trabalhadores se organizaram depois de assentados e os problemas e conquistas desde a formação do assentamento.

## 1. MOVIMENTO SEM TERRA E A REFORMA AGRÁRIA

### 1.1 PEQUENA HISTÓRIA DO MST (MOVIMENTO SEM TERRA)

O Movimento Sem Terra (MST) teve seu início no período, entre 1979 a 1984, no momento que o Brasil passava pela reabertura da Política Nacional, após o período da Ditadura Militar, foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Neste encontro, foi elaborada uma pauta em relação à luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. A Imagem 1 mostra a luta dos trabalhadores na Usina Aliança em Pernambuco, uma manifestação organizada pelo Movimento Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Abril de 2001, marcando o início da marcha pela Reforma Agrária em Recife. A usina de cana-de-açúcar estava desativada e abandonada desde 1996 e com dívidas trabalhistas dos antigos empregados.

Imagem 1: Manifestação na Usina Aliança em Pernambuco em 2001



Fonte: Retirado de [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br) Acesso em: 22 de Novembro de 2016

No dia 25 de setembro 2005, o MST, ocupou novamente a Usina Aliança, onde atearam fogo na casa grande e no maquinário que restava na usina. O protesto teve como objetivo pressionar o INCRA a assinar a emissão de posse da área, que foi desapropriada pelo governo federal em maio de 2004.

Os movimentos agrários através de seu envolvimento direto com a população menos favorecida na década de 1984, obrigou as forças militares, através de arranjos políticos a saírem do poder no final dessa mesma época. Estas mobilizações contra o regime militar fizeram com que as expectativas quanto à possibilidade da Reforma Agrária aumentassem.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem um papel muito importante no movimento desde a sua fundação, foi uma das entidades que contribuíram no trabalho de conscientização com os camponeses na luta por seus direitos. No início do MST, a CPT vinha à frente de tudo, até que os trabalhadores tivessem suas próprias organizações, a qual sempre esteve ao lado dos trabalhadores camponeses, não se deixando envolver pelas instituições governamentais, sobretudo as conservadoras.

Um dos principais objetivos dos movimentos sociais é desapropriar os latifúndios em posse das multinacionais e os grandes fazendeiros com imensas terras que em muitos casos não estão sendo usadas, como foi o caso da fazenda onde se localiza o Assentamento 1º de janeiro, que não estava dando lucro ao proprietário. O movimento luta por direitos que são negados, explicitando conflitos presentes na sociedade. Os movimentos sociais estão em processo constante de luta para serem devidamente reconhecidos, a ocupação do latifúndio é uma das principais formas de luta pela terra.

Para Caldart (2001) o MST tem na luta pela terra seu eixo central e característico, mas as próprias escolhas que fez historicamente sobre o jeito de conduzir sua luta específica (uma delas a de que a luta seria feita por famílias inteiras), acabou levando o movimento a desenvolver uma série de outras lutas sociais combinadas. Estas lutas, bem como o trabalho cotidiano em torno do que são suas metas, e que envolvem questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos, se amplia a medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena. O MST tem reafirmado sua agenda de luta política para o alcance da reforma agrária e um novo projeto de desenvolvimento para o campo no Brasil.

[...] Os novos sujeitos deste momento histórico, que vêm sendo produzidos pela dinâmica das lutas sociais que não aceitaram a exclusão como um dado inevitável [...] buscam reconquistar o direito ao trabalho e à dignidade, estes sujeitos e suas lutas nos ensinam algo mais sobre processos de transformação social, e sobre práticas de educação a eles vinculada. Os movimentos sociais tem sido espaço de organização destas lutas e de formação destes sujeitos.  
(CALDART, 2001, p. 209).

A história dos Sem Terra nos leva a formação de uma história que está sendo produzida em um movimento de luta social, sociocultural, mesmo os trabalhadores não tendo plena consciência disso. As lutas do movimento não estão restritas somente a demandas pelo acesso à terra, mas também, se opõe a exclusão política e a marginalização social, batalhas eminentemente políticas por terra, cidadania e democracia.

A organização tem chamado atenção dos diversos segmentos da sociedade por apresentar determinadas características que o distingue em sua trajetória de movimento social de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Uma trajetória breve, se o considerarmos dentro de um processo histórico mais amplo, mais longo, se o compararmos com a maioria dos movimentos camponeses no Brasil geralmente destruídos com muito menos tempo de vida. “Os movimentos sociais constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido” (Avritzer, 1994, p.189-190).

Na conquista pela terra, muitas são/foram lutas traçadas nas quais pessoas perderam sua vida, seja no dia-a-dia da violência dos grandes latifúndios ou nos massacres mundialmente divulgados, como é o caso de Eldorado dos Carajás no estado do Pará, datado em 1996. O movimento vem ajudando a recolocar a política brasileira em relação à Reforma Agrária, como iniciativas, a possibilidade de novas relações sociais, e de um novo projeto de desenvolvimento para o campo e para o País. Dentre as suas diversas formas de lutas, estão: as ocupações de terras, prédios públicos, passeatas, caminhadas, longas marchas, manifestações na cidade, audiências coletivas, ocupações de latifúndios e dos prédios do INCRA, são as mais eficazes quanto ao movimento.

Desde sua fundação, o Movimento Sem Terra se organiza para lutar pela terra, pela Reforma Agrária, por uma sociedade mais justa e fraterna. Isso significa que os trabalhadores sem terra apoiam e se envolvem nas iniciativas que visam solucionar os graves problemas estruturais da nação, como, desigualdade social, de renda, a discriminação de etnia, gênero etc.

## 1.2 O MST E A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA

O Movimento Sem Terra, nasceu através de intensos conflitos contra as concentrações de terra nas mãos dos grandes latifúndios para serem reconhecidos como sujeitos políticos, coletivos e está conquistando mais espaço e uma nova organização de trabalhadores. A Reforma Agrária é uma das grandes lutas do movimento, onde os mesmos visam envolver não somente o campo, mais a cidade, pois ela é de importância para todos. O movimento não é restrito apenas a trabalhadores rurais, a questão da terra é refletida também em nível urbano, a questão da Reforma Agrária é de todos nós.

A Reforma agrária é denominada como um conjunto de medidas políticas, para reformular a estrutura fundiária no país, promover a distribuição de forma mais justa e organizada das terras entre os seus proprietários. A propriedade da terra está na mão de uma minoria que são os chamados de latifundiários. A necessidade de uma Reforma Agrária é evidente, para assim ter uma divisão igualitária aos indivíduos que lutam por essa conquista. Sousa (2014) mostra que a reforma agrária age diante de alguns objetivos de redistribuição da terra.

A reforma agrária tem por objetivo proporcionar a redistribuição da terra, para quem precisa, ou seja, efetuar a distribuição da terra para a realização de sua função social. Porém ao longo dos anos não é isso que vemos e continua sendo mais uma utopia dos movimentos sociais e do povo brasileiro que luta por essa tão sonhada reforma na estrutura fundiária. (SOUSA, 2014, p. 28).

O Estado é o responsável pela compra ou desapropriação dos grandes latifúndios para distribuir em lotes para as famílias camponesas. Mas não tem cumprido com suas obrigações em relação a implementação da Reforma Agrária. Baixo é o nível de distribuição da terra, enquanto há uma concentração de terras nas mãos dos capitalistas agrários, resultando em milhares de famílias sem ter onde morar. Daí o surgimento de movimentos sociais. Segundo Medeiros (1994 p.13). “O Estado está presente e atua sobre a questão agrária por intermédio de diferentes instancias, desde o reconhecimento de situações de conflito e sua absorção como “problema”, passível de intervenção, até a definição de propostas de “solução”.

A terra passa a ser palco de muitos acontecimentos como disputas, lutas e conflitos para o MST, dando a entender que a Reforma Agrária não está sendo devidamente cumprida. No Brasil, ocorrem muitas desigualdades sociais, principalmente em relação à posse de terra, devido ao alto índice de concentração fundiária. Os trabalhadores rurais sem terra entram em lutas constantes contra a grande estrutura fundiária brasileira, enquanto muitas famílias não têm um pedaço de chão para morar. Os posseiros lutam pela terra onde já foi sua morada que, infelizmente, foi retirado o seu direito sobre a mesma. Lopes (2001) afirma que,

Toda essa forma de manifestações dos camponeses é consequência da estrutura fundiária brasileira baseada na concentração de terras para minoria, criando revoltas por parte da maioria dos trabalhadores rurais, que sempre foram tratados com indiferença pela própria justiça. (LOPES, 2001, p. 40).

### 1.3 A LUTA PELA TERRA

O Brasil está entre um dos países com maior concentração de terra, esse fato ocorre devido os grandes latifúndios espalhados por todo território brasileiro. As grandes concentrações vêm desde a ocupação portuguesa no século XVI com a monocultura da cana-de-açúcar e do café para a exportação. Atividades produtivas foram feitas pelo cativo, para acumulação da riqueza aos donos dos meios de produção. Sendo assim, as formas de ocupação pelos portugueses estabeleceram raízes de desigualdades sociais que refletem até hoje no País.

Os latifúndios, o agronegócio, a mídia burguesa e os setores do poder judiciário não medem esforços para impedir conquistas que beneficiem a população do campo. A Reforma Agrária pode contribuir com a superação desses problemas, com uma produção de alimentos que assegure a preservação ambiental, fazendo com que os trabalhadores permaneçam no campo com condições dignas de vida, tendo acesso à educação e conhecimentos adequados para seus filhos.

Ao longo dos últimos anos, lutas e resistências foram travadas em toda a nação. Lutas contra a exploração, do cativo da terra, expropriação, expulsão e exclusão marcam a história dos trabalhadores. Em meados do século XX, conflitos e eventos marcaram o campesinato, neste período, o regime militar foi cruel e violento. Os trabalhadores camponeses não tinham direito de expressão, reunião, organização ou manifestação. A Ditadura Militar implantou um modelo agrário concentrador e excludente, onde a modernização agrícola excluía a pequena agricultura, evidenciando maus tratos aos camponeses. Foi a partir daí, no final da década de 1970 que as forças camponesas se uniram, ressurgindo as ocupações de terra.

No ano de 1985 foi implantado o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), que previa dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e assentar 1,4 milhão de famílias. Porém, o Plano fracassou.

Até 1993 não foi possível realizar desapropriações para a Reforma Agrária, a Lei Agrária (Lei 8.626), onde as propriedades rurais foram reclassificadas com a regulamentação da Constituição, ocorreu durante o governo do vice presidente Itamar Franco, em 1990, o presidente Fernando Collor de Mello passava por uma forte repressão. Com a Lei, atos jurídicos prejudicariam as desapropriações. No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), ocorreu aumento no êxodo rural devido a ação dos bancos contra os pequenos agricultores que ficaram endividados. No mesmo mandato aconteceu os grandes massacres de Corumbiara (1995) em Rondônia, e Eldorado dos Carajás (1996) no Pará. (Secretaria Nacional do MST, 2010).

Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), seu governo não possuía projetos reais de reforma agrária, embora por questões políticas tenha propagandeado que realizou uma das maiores da história do Brasil.

Na verdade, o governo FHC nunca possuiu um projeto de Reforma Agrária. Durante os mandatos de seu governo, 90% dos assentamentos implantados resultaram de ocupações de terra. Todavia, no seu segundo mandato, quando criminalizou as ocupações e os movimentos camponeses entraram em refluxo e, por consequência, diminuíram as ocupações de terra, também diminuiu o número de assentamentos implantados. Para garantir as metas da propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário “clonou” assentamentos criados em governos anteriores ou criados por governos estaduais e os registrou como assentamentos criados no seu segundo mandato de FHC. Essa tática promoveu uma balbúrdia, de modo que em 2003 nem mesmo o INCRA consegue afirmar, com certeza, quantos assentamentos foram implantados de fato. (OLIVEIRA, 2004, p. 285).

Em 2002 com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), grandes eram as expectativas dos sem terra, pois acreditavam que enfim aconteceria a tão esperada Reforma Agrária, mas mesmo Lula sendo um grande defensor da reforma, a situação estava difícil, pois a agricultura para os pequenos agricultores não era valorizada. Ao longo dos anos o governo tem incentivado o agronegócio, e a exploração da terra e os recursos naturais estão só aumentando. (Secretaria Nacional do MST, 2010).

No entanto, o agronegócio não é satisfatório para o povo brasileiro, porque deteriora o meio ambiente, gera pouco emprego e as grandes máquinas e os agrotóxicos tomam espaço na agricultura. O agronegócio é como um guia da produção agrícola exportadora.

Na verdade, o agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnicos científicos, grandes extensões de terras, pouca mão de obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produzir, ou seja, as empresas rurais. (MATOS, 2012, p. 218).

Desde seu surgimento, muitas foram as conquistas que o MST trouxe para os pequenos agricultores, mesmo sendo para muitos, (principalmente para grande parte da imprensa) um movimento de vandalismo. O movimento mantém o tema da Reforma Agrária como centro das atenções nas pautas de discussões. Nestes termos, o trabalho construído por seus organizadores têm tido resultados significativos no que diz respeito a diminuição da mortalidade infantil nos assentamentos, a dignidade da cidadania devolvida aos trabalhadores, além do incentivo a produção de arroz, feijão, leite, queijo, frutas, legumes e verduras para o povo brasileiro. Todavia diversas cooperativas são criadas para auxiliar os trabalhadores, além das associações nos assentamentos.

O movimento tem lutado pela democratização da terra e por uma política efetiva para o desenvolvimento dos assentamentos, buscando reorganizar a produção agrícola para que o País atenda as necessidades dos trabalhadores. Os camponeses na disputa pela terra ficam a mercê do governo e contam com os movimentos sociais para pressionar o Estado em busca de melhores condições de vida. O Brasil precisa mudar na sua organização fundiária, com uma política de assentamento e Reforma Agrária eficaz para diminuir as desigualdades no campo e na cidade.

#### 1.4 OS ASSENTAMENTOS RURAIS

Quando nos referimos aos assentamentos rurais, estamos mencionando as experiências, trajetórias dos camponeses, tensão, disputas até a conquista da terra. Para Medeiros (1994, p.39), “os assentamentos rurais compreenderia as ações práticas que se iniciariam com a seleção dos beneficiários da Reforma Agrária e se encerrariam no momento em que eles tomassem posse do lote de terra que lhes tenha sido destinado”.

Segundo Esterci (1990), a conceituação da ideia de assentamentos rurais, se expressa dessa maneira:

O termo assentamentos rurais surgiu provavelmente no interior do Estado e refere-se às ações que tem por fim, ordenar ou reordenar recursos fundiários com alocações de populações para a solução de problemas socioeconômicos, reconhecido sua importância e necessidade principalmente pela viabilidade econômica. Desta forma, as ações do Estado são concebidas como ações de ordem técnica e não necessariamente política, e as populações beneficiadas estão destituídas de caráter ativo (ESTERCI, 1990 apud FABRINI 2001, p. 5).

Partindo da afirmação de Esterci (1990) é preciso conhecer a realidade dos assentamentos, sobretudo, o Assentamento 1º de Janeiro e suas formas de organização. Acreditamos que são muitos os problemas, devido a pouca ou a falta de investimento do governo nesse setor. Os novos mecanismos que surgiram na agricultura aumentaram a produção agrícola, mas isso não beneficiou os pequenos produtores, pois os mesmos não têm como investir, devido o alto custo financeiro para o processo produtivo.

Depois de criado os assentamentos, o MST têm um trabalho de conscientização em que os trabalhadores não devem produzir somente para o consumo, eles precisam ter renda, e para isso tem que produzir para o mercado. A cooperação agrícola é estimulada pelo movimento para as famílias assentadas, assim, maiores são as chances de enfrentarem suas dificuldades. O papel do movimento é identificar quais são as culturas que tem mercado e

estimular o agricultor para que produza para o mercado, aqueles que conseguem, aumenta a renda para sua família e começa a se diferenciar dos demais.

Os trabalhadores precisam compreender que a realidade da agricultura de hoje, não basta somente para produzir o consumo e o mercado local, os mercados mais organizados exigem uma agroindústria. A maioria dos produtos que vem para a mesa do trabalhador, passa pela agroindústria, como por exemplo: carne, arroz, feijão, milho e leite. Então, se o agricultor quiser aumentar a renda e participar do processo de desenvolvimento em sua região tem que unir-se a agroindústria para melhorar sua produção.

### 1.5 AS MUDANÇAS NA CONJUNTURA DA QUESTÃO AGRÁRIA

No Brasil o governo não quer uma Reforma Agrária que limite o agronegócio. Ela é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária, que é compreendida como um problema estrutural do capitalismo, promovendo melhor distribuição de terra, revisão e reajustamento das normas jurídicas sociais e econômico-financeiras, que regem a estrutura agrária do nosso País, onde buscam a valorização do trabalhador do campo e melhoramento das condições de vida da população rural.

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas, visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um País todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou em posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal. (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

A partir da década de 1990, os movimentos se ampliaram na luta pela terra, assim as conflitualidades só aumentaram e o MST sempre esteve a frente, lutando para que os direitos dos trabalhadores camponeses sejam garantidos, junto a outros movimentos. O MST está no centro das conflitualidades da atual questão agrária. Desde sua fundação, o Movimento Sem Terra passou por algumas mudanças que trouxeram novos desafios.

Quando fundado em 1984, o MST tinha como nome, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas no final da década de 1980 passou a ser chamado de Movimento Sem Terra (MST), e as pessoas passaram a ser chamadas de camponesas e não de trabalhadores rurais, assim fortaleceu ainda mais a identidade do MST como movimento camponês. (STÉDILE ; FERNANDES, 1999).

Os principais oponentes do Movimento Sem Terra é o agronegócio e os grandes latifúndios. Os donos dos meios de produção, os capitalistas agrários procuram tomar o controle dos territórios do campesinato. Devido suas lutas e conquistas, o MST pode ser considerado um movimento moderno, que acompanha as mudanças desde sua fundação, não dependendo diretamente de partidos e governo, o que mantém sua autonomia nas relações com as instituições que contribuíram para a sua formação, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o Partido dos Trabalhadores (PT). Essas três instituições contribuíram e contribuem com o MST, assim como o movimento contribui com tais entidades e instituições. A relação com a Via Campesina, que é uma grande instituição que apoia e fortalece os movimentos do Brasil, contribuindo muito com a atual realidade dos problemas relacionados à luta pela sonhada Reforma Agrária.

A conjuntura e a história vêm desafiando o MST a assumir determinado jeito de fazer a luta pela terra, e este jeito vai conformando seus sujeitos. A trajetória que vem fazendo de um trabalhador sem terra, um membro de uma organização social de massas que luta pela Reforma Agrária, e deste sem terra do MST um Sem Terra que passa a fazer lutas por um novo projeto de desenvolvimento do país (como a luta contra as políticas de privatização do atual governo brasileiro, por exemplo), sem deixar de continuar a lutar pela terra, é um processo de escolhas condicionadas pelo momento histórico. Se o MST tivesse existido em outra época, talvez a identidade Sem Terra fosse diferente (CALDART, 2001, p. 07).

A Reforma Agrária é hoje uma das maiores lutas dos camponeses que buscam uma melhor redistribuição da renda, de poder e de direitos. Almejam uma mudança na estrutura política e social sobre o campo, onde o qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terra. A Reforma Agrária que os trabalhadores em geral reivindicam, não é a pulverização antieconômica das terras, e sim, uma redistribuição da renda, de poder e de direitos. Para os trabalhadores rurais, é uma estratégia para romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu próprio trabalho. “Lutar por uma Reforma Agrária, significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas: a tecnologia, o mercado, a educação, a saúde e principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato”. (FERNANDES, 2008, p. 03).

## 1.6 A VIOLÊNCIA CONTRA OS SEM TERRA

Em Abril de 1996, dezenove trabalhadores rurais sem terra foram assassinados pela Polícia Militar do Estado do Pará, quando realizavam uma marcha pacífica. Esse massacre ficou mundialmente conhecido como “O Massacre de Eldorado dos Carajás”. Com dois anos após o acontecido, os camponeses Fusquinha e Doutor também foram assassinados no Pará. A violência contra os trabalhadores não param, em 2007 Eli Dallemole de 42 anos foi executado dentro de casa no Pará. (Secretaria Nacional do MST, 2010).

A Imagem 2 mostra o cartaz feito pelo MST, como forma de protesto nos congressos e encontros do movimento que denuncia o massacre do Carajás ocorrido em 1996.

Imagem 2: A violência contra os camponeses em Eldorado dos Carajás.

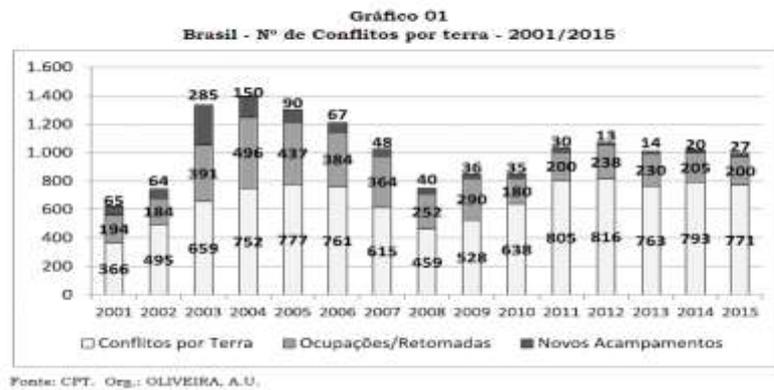


Fonte: Disponível em [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br) Acesso em: 22 de Novembro de 2016

A violência não fica no passado, por todo o país infelizmente ainda tem assassinatos devido à luta pela terra, e a Reforma Agrária. Os números de ameaças, despejos e mortes fazem parte da realidade dos pequenos agricultores que lutam por um pedaço de terra para sobreviver. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1985 e 2009, 1.469 trabalhadores rurais foram assassinados, e muitos desses casos ficam impune, dos 1.469 assassinatos, apenas 85 foram julgados, e apenas 19 mandantes receberam condenações. Os assassinos do Massacre de Eldorado, por exemplo, ainda estão impunes. (Secretaria Nacional do MST, 2010).

No ano 2015, o número de ocorrências de conflitos no campo foi de 1.217, em relação aos 1.286 datado em 2014, envolvendo mais de 816 mil pessoas. Os assassinatos ultrapassaram o ano de 2014, de 36 mortes para 50. Portanto, um aumento de 39%, embora, tenha diminuído um pouco o número de conflitos. As barbáries no campo brasileiro continuam. (CPT, 2015, p. 36).

Gráfico 01, Brasil - Nº de Conflitos por terra - 2001/2015



Fonte: CPT. Org.: OLIVEIRA, A.U.

O Gráfico 01, mostra o número de ocorrências de conflitos por terra entre 2001/2015 em que revela que os conflitos continuam no mesmo patamar de 2006, onde nesse ano foi o quarto maior de ocorrências conflitivas. Enquanto as ocupações de terra seguem diminuindo sua participação, os novos acampamentos pelo segundo ano seguido, apresentaram crescimento, passando de 20 ocorrências para 27.

## **2. A HISTÓRIA DE PALMEIRAS DO TOCANTINS E A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO 1º DE JANEIRO**

### **2.1 BREVE HISTÓRICO DE PALMEIRAS DO TOCANTINS**

A cidade de Palmeiras do Tocantins, é localizada na região do Bico do Papagaio no extremo Norte do Estado do Tocantins, se estende por 747,9 km<sup>2</sup>, vizinha dos municípios de Aguiarnópolis, Darcinópolis e Santa Terezinha do Tocantins, tem em sua história de origem diversas versões. Considera-se que os nordestinos foram os primeiros a procurar o local, visando as terras mais férteis, com água abundante para a agricultura, contudo, os maranhenses em especial foram os mais frequentes. Esse se tornou um fator importante pra o início do povoamento da área. (RODRIGUES, 2013, p.22).

Com o tempo foram se formando aglomerações de casas de sapé entre o Rio Tocantins e Ribeirão Mosquito. O primeiro nome dado ao município foi Mosquito, devido às características das formações rochosas da região que eram semelhantes à do Rio Mosquito em Fortaleza dos Nogueiras-Maranhão. Outra explicação para esse nome era que na região havia muito Mosquito, insetos transmissores da Malária que infestavam o local. Depois recebeu o nome de Alvorada do Tocantins e só recentemente Palmeiras do Tocantins. No início a cidade era bem pequena, com poucas famílias, mas com o tempo cresceu e hoje tem aproximadamente 5 746 habitantes, esses são dados do último censo. (RODRIGUES, 2013, p.21).

A partir de 1958 depois da construção da rodovia Belém-Brasília, a cidade de Palmeiras do Tocantins começou a se desenvolver com maior rapidez, aumentando a população, havendo a abertura das primeiras ruas de Palmeiras, como é o caso da Avenida Bernardo Sayão. Na década de 1990, surgiu os primeiros líderes políticos como: o Orly Marinho, Antônio Dentista, Francisco Braga, Ary Farias e João Soares, iniciando a luta pela emancipação do povoado, até então, município de Tocantinópolis. Diante do crescimento do povoado, o mesmo necessitava de sua própria administração. Não foi fácil, porém, no começo de 1992 depois de colherem assinaturas é que conseguiram marcar uma data para o plebiscito. No dia 10 de Fevereiro de 1992 os habitantes conseguiram transformar o então povoado em cidade, chamada inicialmente de Mosquito, a mais nova cidade do Estado do Tocantins. O projeto de Lei foi aprovada em Assembleia Legislativa e sancionada pelo então Governador Siqueira Campos pela Lei nº 251, de 20 de Fevereiro de 1991. (RODRIGUES, 2013, p.22).

Depois que ocorreu a primeira eleição em Outubro de 1992, foi criada a Câmara Municipal e essa mesma câmara, mais tarde no final do mandato do prefeito e vereadores começaram a luta pela mudança de nome da cidade, isso porque achavam Mosquito um nome não muito interessante para uma cidade. Moscou, Palmeiras do Tocantins e Bragança eram os nomes indicados. No entanto, Palmeiras do Tocantins, foi o novo nome que ganhou por unanimidade no processo de votação da Câmara Municipal de Mosquito, pela Assembleia Legislativa do Estado, e também pelo Sr. Governador José Wilson Siqueira Campos.

No que diz respeito às principais fontes econômicas de Palmeiras, destacam-se as de arroz, feijão, milho, e mandioca, além da criação de gado e suínos. O comércio também é um ponto forte da economia no município e possui vários centros comerciais como mercearias, supermercados, açougues, farmácias, butiques, lojas e produtos agrícolas.

## 2.2 A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO 1° DE JANEIRO

Segundo relatos de assentados (aqui na figura da senhora Aparecida Abreu, do senhor Carlos Martins, do senhor Carlos Vicente, da senhora Fátima Borges, do senhor Firmino Santos, do senhor João Barbosa, do senhor José Oliveira do senhor Manoel Teixeira, e do senhor Raimundo Pereira)<sup>1</sup>, o Assentamento 1° de Janeiro foi formado no dia 1° de Janeiro de 1998, articulado pelo Sindicato e pelo MST, mas sua legitimidade só ocorreu em Dezembro de 1999, ou seja, quase um ano depois. A negociação já vinha ocorrendo bem antes da ocupação, a maior dificuldade encontrada para a apropriação dos trabalhadores era do INCRA, porque não tinha muito interesse em articular a desapropriação da terra. Quando aconteceu a desapropriação, foi tudo de forma pacífica, porque o dono da fazenda tinha interesse em vender uma parte da fazenda para o INCRA, legalizando a apropriação dos Sem Terra.

Quando indagado sobre a formação do assentamento, como ocorreu e como era a fazenda antes da ocupação om senhor João Barbosa afirma que:

*‘No dia 1° de Janeiro de 1998 entramos e ocupamos na fazenda 450 famílias aproximadamente, a fazenda tinha pouco mais de 12 mil hectares, sendo que a mata foi toda derrubada e transformada em pasto para a criação de gado. Desses 12 mil hectares, o fazendeiro vendeu cerca de 6 mil para a apropriação dos Sem Terra, e esses 6 mil hectares correspondem atualmente ao assentamento, o restante ainda é da*

---

<sup>1</sup> Aqui estamos utilizando nomes fictícios, pois visamos preservar a identidade política dos assentados.

*fazenda. Antes da fazenda ser ocupada ela era improdutiva e já não estava dando lucro para o fazendeiro, tinha algumas famílias que moravam na fazenda para cuidar e plantar para seu sustento, mas o senhor Willian Carlos dono da terra, não morava na fazenda, quem tomava conta era um gerente, então o INCRA comprou do fazendeiro e fez o sorteio dos lotes. Sobre o nome que colocamos no assentamento, muitos perguntavam porque ne? Colocamos o nome do assentamento de Assentamento 1º de Janeiro porque foi nesse dia que ocupamos a fazenda''. (Entrevista concedida no dia 18 de Outubro de 2016).*

No dia da ocupação, barracas foram construídas enquanto havia a negociação do INCRA com o fazendeiro. Tudo aconteceu de forma harmônica, não houve nenhum tipo de conflito entre o fazendeiro e os sem terra, isso porque o proprietário já tinha interesse em vender aquela área devido o pouco lucro, então com a venda ele sairia ganhando, pois o INCRA pagaria por uma terra que não estava lhe servindo para praticamente nada. Ao contrário de outras ocupações, onde muitas vezes trabalhadores perdem sua vida, nessa ocasião os dois lados foram beneficiados, pois as famílias que não tinham um pedaço de terra para viver passaram a ter e puderam dali tirar o seu sustento, e o fazendeiro tirou proveito de uma área que não lhe dava retorno.

O dono da fazenda sempre se mostrou amigável, e sua relação com os camponeses era harmônica, durante toda a ocupação chegou a ajudar algumas famílias carentes e que não tinham condição financeira para se manter naquele momento. O fazendeiro fez doação de 4 cabeças de gado para serem abatidos e distribuídas entre as famílias. Além da ajuda do fazendeiro, as famílias receberam doações de outros fazendeiros das proximidades que viram a necessidade daquelas pessoas.

Quando houve a divisão dos lotes, nem todas as famílias foram assentadas, porque a parte cedida não cabia tal quantitativo de pessoas. Então foram assentadas somente 160 famílias. As que não conseguiram se assentar, posteriormente ocupariam outra fazenda, e os companheiros que foram assentados ficaram de ajudar os demais, mesmo já tendo conseguido sua terra.

Segundo relatos do senhor João Barbosa e o senhor Carlos Vicente, o fazendeiro Zé Ademar foi um a oferecer sua ajuda para os assentados, ele tinha fazenda bem próxima, e produzia Arroz, feijão, abóbora, mandioca, entre outros. Com seu jipe, percorria o local da ocupação e distribuía alimentos para as famílias. Devido a grande ajuda que ele deu aos camponeses no momento da ocupação, mostrando-se uma pessoa boa, auxiliando os mais fracos, os trabalhadores reconheceram seu esforço e o elegeram por dois mandatos para o cargo de prefeito de Palmeiras do Tocantins, já que como fazendeiro, que morava nas

proximidades ajudava tanto pessoas que nem conhecia, como prefeito ele poderia ajudar muito mais, trazendo melhorias para o assentamento.

Com a eleição do senhor Zé Ademar, os serviços prestados ao assentamento foram significativos durante seus dois mandatos, ele construiu estradas, duas escolas, um campo de futebol, e chegou a construir um posto de saúde bem equipado, que infelizmente, até hoje nunca funcionou, porque o prefeito que assumiu posteriormente, não o inaugurou e ainda retirou todos os equipamentos que tinha no local. Dona Aparecida diz o seguinte:

*“Retiraram os equipamentos durante a noite para os moradores não perceberem, e não impedirem a retirada. O posto de saúde está abandonado, serve como ponto de encontros amorosos, de traficantes e usuários de drogas. Sendo que poderia ser a solução de muitos problemas para as famílias que moram no assentamento. A cidade é distante e a dificuldade de acesso é bem mais, com o posto funcionando, consultas seriam realizadas sem precisar gastar se deslocando para a cidade. A falta de união fez com que os moradores perdessem muitas coisas, inclusive o Posto de saúde, pois se tivessem se unido, ele não estaria abandonado”.* (Entrevista concedida no dia 18 de Outubro de 2016).

Imagem 3: Posto de saúde no Assentamento 1º de Janeiro sem funcionalidade



**Fonte:** Cleomária Soares de Abreu (Outubro 2016).

Dos antigos moradores, atualmente restam poucos, muitos já morreram ou se mudaram devido às dificuldades que foram surgindo. O assentamento tinha pouca ajuda do governo, e muitas vezes não conseguiam produzir para vender seus produtos. Na cidade de Palmeiras não tem espaço garantido para o produto do pequeno agricultor, apenas a feira e na maioria das vezes teria que passar para o atravessador. Mas mesmo com as dificuldades nos dias atuais, vivem naquela localidade, aproximadamente a mesma quantidade de famílias dentro do assentamento 1º de Janeiro. Dos que morreram ou se mudaram, outras famílias parentes dos antigos moradores foram pra aquelas terras.

Sobre a ligação do MST com as famílias que permaneceram no assentamento, e da Reforma Agrária, temos relatos que nos entristecem. As famílias já não são tão unidas como no início, não participam mais das reuniões e poucos acompanham o MST nos dias atuais. Dona Aparecida diz o seguinte:

*“A gente deve muito ao MST, mas quase ninguém enxerga isso. Depois que conseguiram sua terra esqueceram do movimento. Já não acompanham. Eles acham que só porque ganharam sua terra não precisam mais do MST. Muitos se desligaram do movimento com o passar do tempo”.* (Entrevista concedida no dia 18 de Outubro de 2016).

O Movimento Sem Terra não luta apenas pela terra, porque também contribui na formação dos trabalhadores, seja através de cursos ou na experiência que muitos ganham com o tempo na luta. Segundo informações dos entrevistados, cerca de 20% das famílias ainda tem algum tipo de relação com o movimento, mas a maioria se afastou diante das dificuldades e o preconceito que enfrentam, pois o movimento ainda é visto como vandalismo. Os meios de comunicação têm passado uma imagem distorcida do movimento. Por isso muitos camponeses não acompanham a organização do MST, apenas os moradores mais antigos, continuam no movimento.

Sobre a Reforma Agrária na visão dos assentados, ela não está sendo realizada como deveria, não é interesse os ricos e sim dos pobres, por isso não sai do papel. Se fosse realizada como deveria, o País se desenvolveria mais rapidamente, pois aqueles que não têm terra fariam produzir e crescer aquelas terras que estão nas mãos dos latifundiários.

Os principais produtos produzidos no assentamento vêm do plantio de mandioca, feijão, além de hortas que são destinadas para o consumo, cedendo também sua comercialização na cidade e no próprio assentamento. Para os entrevistados, o produto dos trabalhadores deveria ser mais valorizado, o que produzem não consegue vender diretamente para o consumidor, o antigo prefeito até que ainda tentava ajudar aos trabalhadores, mas para eles a atual prefeita não tem a mesma disposição. Com isso, a criação de gado é uma das principais fontes de renda das famílias, o gado além do seu valor na carne, produz o leite que pode ser comercializado para diversas finalidades, inclusive para o consumo. A imagem 4 a seguir, mostra um curral ao lado da Vila União, expondo a principal forma de renda das famílias.

Imagem 4: Curral para as vacas serem desmamadas, o leite como fonte de renda na Vila União.



**Fonte:** Cleomária Soares de Abreu (Outubro 2016)

Imagem 5: As residências da Vila União



**Fonte:** Cleomária Soares de Abreu (Outubro 2016)

### 2.3 O PAPEL DO INCRA

Desde o início da ocupação da fazenda, o INCRA se encontrava resistente a apropriação dos trabalhadores, enquanto o fazendeiro mostrava-se harmônico. O INCRA é o órgão responsável pela desapropriação e apropriação dos trabalhadores, mas na maioria das vezes só vai à base da pressão, dos protestos e manifestações.

Para agilizar o processo de apropriação, os trabalhadores e o fazendeiro pressionaram o órgão, realizando uma caminhada de Wanderlândia até a sede do INCRA a pé, na cidade de Araguaína. O objetivo dessa caminhada era pressionar para que o INCRA enxergasse a situação dos trabalhadores e tivesse mais agilidade à desapropriação da fazenda. Estes trabalhadores ficaram por horas na sede do departamento até serem recebidos. De início houve resistência do órgão público, porém com a pressão acabaram aceitando as reivindicações dos trabalhadores rurais e deixaram certo que logo resolveria a causa. E foi

assim que tudo começou a se solucionar, dividindo a área em lotes. Na divisão desses lotes deixaram reservas em um bloco só pensando na conservação do meio ambiente e o restante foi dividido entre algumas famílias.

O senhor Manoel Teixeira por diversas ocasiões fez o papel do INCRA dentro da associação. Para a reforma das casas, o órgão responsável não estava fazendo sua função de acompanhar o trabalho, alegava dificuldades financeiras, o governo falhava com o assentamento no que diz respeito a projetos e assistência dentro da região. Por irresponsabilidade do governo, as famílias ficaram aproximadamente três anos sem receber nenhum projeto.

O INCRA não dá muito apoio ao assentamento, apesar de a relação ser harmoniosa com os trabalhadores, todavia, falta acompanhar mais de perto a situação das famílias.

Imagem 6: Vila União



**Fonte:** Cleomaria Soares de Abreu (Outubro de 2016)

#### 2.4 DEPOIS DE ASSENTADOS COMO SE ORGANIZAR? (AS ASSOCIAÇÕES)

Quando se formou o assentamento criou-se duas vilas distintas, uma próxima a estrada asfaltada e a outra mais afastada. Seu José Oliveira um dos entrevistados conta que no início, logo depois da criação do assentamento, surgiu a primeira vila bem próxima a estrada, chamada Vila Bom Jesus. Tudo se iniciou ali. As famílias acreditavam que formando a vila, as melhorias viriam mais rápido como a energia e foi o que aconteceu, conseguiram trazer energia e estradas para dentro do assentamento. Só que com o tempo, devido algumas pessoas serem religiosas, e outras por não gostarem de bares, acharam a vila um tanto quanto perigosa e por conseguinte esses habitantes mudaram-se da vila. Eles queriam proibir bares na vila, pois o funcionamento de bares poderia surgir problemas como drogas, brigas e até mortes, mas não conseguiram. Então surgiu assim a Vila União, porque a Vila Bom Jesus permitia a

construção desses lugares festeiros, no qual para algumas famílias esses ambientes citados eram inaceitável.

A primeira associação do assentamento 1° de Janeiro era a Associação dos Assentados 1° de Janeiro (ADAPJ), para a organização das famílias. O primeiro presidente era o senhor Pedro Vieira da Costa, e o tesoureiro o senhor Adão Silvino Matos, depois dona Maria de Jesus Duarte Santos Barbosa (Mariona) assumiu a associação. As reuniões da associação eram feitas em forma de revezamento, um dia era realizada na Vila União, no outro na Vila Bom Jesus. Devido as dificuldades e algumas pessoas reclamarem dessa forma de organização, formou-se a segunda associação, a Associação dos Pequenos Produtores da Vila União (APPVU). Para os trabalhadores, essa foi a melhor solução, porque existiam duas vilas com diversas famílias que tinham dificuldades de locomoção de uma vila à outra. Como dentro do assentamento criou-se duas vilas, a Vila União e a Vila Bom Jesus, posteriormente tinha que se formar duas associações buscando comodidade das mesmas.

Imagem 7: Antiga escola que depois foi utilizada pela associação para reuniões da ADAPJ.



**Fonte:** Cleomária Soares de Abreu (Outubro 2016)

Na Associação da Vila Bom Jesus (ADAPJ), foram três presidentes até o momento: Pedro Viera, Mariona e Zé Raimundo Mendes, atual presidente. Na associação da Vila União (APPVU), tiveram os seguintes presidentes: Adão Silvino, Pedro Viera, João Gomes e atualmente o senhor Adão Silvino, exercendo o cargo pela segunda vez.

Imagem 8: Local da atual associação da Vila Bom Jesus (ADAPJ)



Fonte: Cleomaria Soares de Abreu (Outubro de 2016)

## 2.5 OS PROBLEMAS E AS CONQUISTAS (A EDUCAÇÃO DOS FILHOS E FILHAS DOS TRABALHADORES NO ASSENTAMENTO)

A educação é primordial na vida do ser humano, uma pessoa analfabeta vive desligada das informações mais importantes para sua sobrevivência nesse mundo, que a cada dia se desenvolve com novas tecnologias. As crianças têm direito a receber uma boa educação, e ela acontece de maneira permanente, em um movimento contínuo de formação das pessoas. Escolarizar é incentivar a pensar com a própria cabeça, desafiando a interpretar a realidade, elevando o nível cultural, criando condições para que cada cidadão e cidadã construam, a partir dos seus pontos de vista, seus destinos.

Para isso, é fundamental garantir o acesso de crianças e jovens à educação e à escolarização nos vários níveis de ensino, em cumprimento ao artigo 6º da Constituição, que declara que a educação faz parte dos direitos sociais. Hoje, o trabalho com educação no MST está organizado em todo o país, desde a educação infantil à superior, em várias áreas do conhecimento. (Secretaria Nacional do MST, 2010).

Depois de formado o assentamento, muitas são os obstáculos encontrados pelas famílias, como a dificuldade financeira, porque envolvem famílias pobres com crianças pequenas, outro agravante, é que no início do assentamento não havia estradas, escolas, água encanada e as casas eram de palha sem nenhuma estrutura digna para criar seus filhos.

Logo quando se formou o assentamento, hortas e roças comunitárias foram feitas para ajudar as famílias. Todos trabalhavam e todos se sustentavam com os produtos que cultivavam. Devido as dificuldades e a falta de união entre os mesmos, com o tempo eles não conseguiam mais os resultados produtivos. Outro fator é que o poder executivo do município não oferece apoio para garantir que os produtos sejam devidamente valorizados, resultando no desânimo das famílias assentadas. O que acontece muito, é que na época das eleições algumas pessoas vendem seu voto por pequenas quantias, e depois quando o candidato ganha, o político não faz nada para ajudar os trabalhadores. Alguns moradores conseguiram emprego como funcionários públicos como, por exemplo, professores. Mas a maioria vive do lucro do gado e de pequenas plantações em suas terras, mas com dificuldades por causa da falta do apoio do governo com seus produtos.

As famílias em sua grande maioria moram nas vilas, mas existem terras de cultivo afastadas das residências nas quais, outros moradores preferiram morar perto da produção. As famílias que optaram por morar nas vilas segundo suas falas, foi devido às facilidades em conseguir os serviços necessários como: escolas, energia, água encanada, telefone projetos entre outras coisas. O assentamento 1º de Janeiro quando formado, não tinha a mínima estrutura de vida para as famílias, sem estradas, transporte e o mais importante, não tinha escolas. A preocupação das famílias era grande, pois a maioria tinha crianças e adolescentes que necessitavam de uma boa educação. Esse foi um dos motivos para a criação das vilas, pois assim era mais fácil para os trabalhadores conseguir melhorias para o assentamento.

Segundo relatos de uma das entrevistadas, as crianças eram mandadas para as escolas da cidade com muita dificuldade por alguns pais. Estas crianças enfrentavam preconceito de seus colegas e até de funcionários, eram chamados de “Sem Terra fedidos”. Então as próprias famílias construíram uma pequena escola, coberta de palha de coqueiros com bancos de acento feito de madeira. Os jovens enfrentavam muitos problemas, quando chovia a sala enchia de água, a merenda escolar era feita através de doações dos moradores, onde muitas vezes era apenas suco de acerola, ou mandioca frita, quando tinha. Também não dispunham de transporte escolar para as crianças que moravam longe. A escola funcionou por algum tempo, mas as famílias sabiam que não era apropriada para seus filhos, então começaram a brigar com o município para a construção de uma escola melhor estruturada.

Com a formação das vilas, as famílias conseguiram energia, água encanada, estradas, e o mais importante, a construção de duas escolas: Padre Josimo I na Vila Bom Jesus e Padre Josimo II na Vila União. Por um bom tempo as duas escolas funcionaram atendendo o ensino fundamental.

Imagem 9: Escola Municipal Padre Josimo I na Vila Bom Jesus



**Fonte:** Cleomaria Soares de Abreu (Outubro de 2016)

A Escola Padre Josimo I, funciona normalmente atendendo crianças do ensino fundamental e tem um total de aproximadamente 120 crianças matriculadas. Bem estruturada, com ar-condicionado nas salas, computador, internet, transporte escolar e uma cantina bem limpa e organizada, com a dispensa cheia de alimentos para a merenda dos alunos. A merenda é acompanhada por uma nutricionista que passa as instruções para a escola.

Imagem 10: Escola Municipal Padre Josimo II na Vila União



**Fonte:** Cleomaria Soares de Abreu (Outubro de 2016)

Com o tempo, por falta de alunos matriculados, a Escola Padre Josimo II na Vila União, encontra-se abandonada, apesar da boa estrutura que apresentava.

Dona Mariona coordenadora do Movimento Sem Terra e moradora do assentamento, começou a incentivar para que todos estudassem e fizessem faculdade para lecionar nas escolas do assentamento, assim, não era necessário vir professores de outras cidades para dar aulas, pois os que vinham acabavam abandonando, ou tendo problemas com as famílias, além do mais, eles não conheciam a realidade das crianças. No relato de Mariona, formando pessoas do assentamento, diminuiria alguns problemas.

O assentamento entre lutas e conquistas é uma área estruturada, aparentemente de uma boa organização e com pessoas que buscam uma melhoria na qualidade de vida. Realizar este trabalho de pesquisa fez com que cada trabalhador contasse a sua história com suas experiências na luta camponesa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi exposto neste trabalho de pesquisa, podemos afirmar que o MST surgiu não somente pela necessidade de sua formação como veículo de resistência e reivindicação, mas também como um processo de luta descrito na história do trabalhador rural no Brasil. Os assentamentos formados pelo movimento têm uma base mais sólida, pois a união faz a força, muitos lutando por um mesmo objetivo faz com que as conquistas sejam maiores. O assentamento 1º de Janeiro assim como muitos outros assentamentos, foi formado entre dificuldades, mas diferente de outros, não teve violência física e o dono da fazenda em nenhum momento se mostrou contra a ocupação. Tudo ocorreu de forma harmônica.

Sobre a educação dentro do assentamento, acreditamos que é um direito fundamental de todas as pessoas. A universalização do acesso à educação escolar em todos os níveis e com qualidade deve ser garantida através de escolas públicas e gratuitas. É dever do Estado assegurar este direito a todas as pessoas que vivem nos assentamentos e no campo. Podemos perceber que apesar das dificuldades, as crianças no assentamento 1º de Janeiro, tem essa educação garantida, a escola do assentamento é bem estruturada e os alunos que moram longe têm acesso ao transporte escolar.

É preciso salientar que há preocupação consciente dos Sem Terra com a educação, e especialmente com o tipo de educação das novas gerações, para que continuem sua luta, seu projeto, que somente pode surgir quando se dão conta que estão construindo uma organização duradoura e uma luta de vida inteira. Antes disso até lutam pela escola de seus filhos, mas de modo geral sem perceber que isto tem relação com suas outras conquistas, com o desenlace da história que puseram em movimento.

O assentamento ainda enfrenta algumas dificuldades, principalmente sobre financiamentos, programas do governo que não saem para os trabalhadores. Mas comparando com o início de sua formação, as conquistas foram bastante significativas. Contudo acreditamos que o Estado tem que garantir à população do campo as mesmas oportunidades de todos os brasileiros. Programas de construção e melhoria das moradias no meio rural, conjugado com garantia de acesso à energia elétrica, de fontes de energia renováveis e alternativas, água potável, transporte público, serviços de informática e atividades culturais em todas as comunidades rurais. Bem como desenvolver nessas comunidades programas de saúde familiar preventiva.

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo (org.). **Sociedade Civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AZEVEDO, Daviane Aparecida de. **Movimentos sociais, sociedade civil e transformação social no Brasil**. Revista multidisciplinar da Uniesp, 2010.

BERGAMASCO, S, NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. ( Coleção Primeiros Passos ).

CALDART, Roseli Salette. *“O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo”*. Estudos Avançados 15 (43), 2001.

**Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade – Goiânia. CPT Nacional –Brasil, 2015. Indexado na Geodados – [www.geodados.uem.br](http://www.geodados.uem.br) ISSN 1676-661X. Data de acesso 15\03\2017.

FABRINI, Joao Edmilson. **Assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra: experiências e lutas no Paraná**. Paraná: 1Geo, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Coordenador do grupo de trabalho Desenvolvimento Rural da CLACSO. Boletim DATALUTA 2008. (A).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **“Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial” em Buainain**. Antonio (coord.) Luta pela terra, reforma agraria e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2008. (B).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial**. 2004.

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

LOPES, Alberto Pereira. **Depois da terra, o desafio para permanecer:** O assentamento Muricizal- Muricilandia (TO). Uberlândia (MG), 2001. Dissertação de mestrado Universidade Federal de Uberlândia.

MARTINS, José de Sousa. **Reforma Agrária: O impossível diálogo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MATOS, Patrícia Francisca de. As tramas do Agronegócio no Cerrado do Sudeste Goiano. In: CHELOTTI, Marcelo. et al. (Orgs.). **Geografia Agrária e Diversidades Territoriais do Campo Brasileiro.** Uberlândia: Assis Editora, 2012.

MEDEIROS, Leonilde. **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994 (Prismas).

MORRISAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

**MST: Lutas e Conquistas**” foi produzida pela Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2ª ed. São Paulo- SP, Janeiro de 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Umbelino de. **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004.

RODRIGUES, Socorro de Paula Farias Lima. **O Assentamento Santa Luzia em Palmeiras do Tocantins:** uma análise da organização espacial. Araguaína-TO. UFT, 2013. (TCC) Trabalho de Conclusão de Curso.

SOUSA, Júlio Nelço Ferreira de. **A luta pela terra no Bico do Papagaio:** um estudo no município de Esperantina-TO, Araguaína-TO. UFT, 2014.( TCC ) Trabalho de Conclusão de Curso.

STÉDILE, Joao Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990.** (org) -1. Ed. –São Paulo, Expressão Popular, 2013.

STÉDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente .** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.